



18/05/2017 - 13h13

Presidente do PSB defende que ministro de Minas e Energia deixe cargo

RIO DE JANEIRO - O presidente do Partido Socialista Brasileiro (PSB) defendeu em nota que o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, que é filiado à sigla, deixe o cargo na sequência de denúncias contra o presidente Michel Temer.

A saída do pernambucano da pasta é um dos maiores temores de alguns executivos do ouvidos nesta quinta-feira pela Reuters durante evento do setor elétrico no Rio de Janeiro.[nL2N1IK0YX]

"O partido não pode admitir que um de seus membros faça parte de um governo antipopular que perdeu, por inteiro, sua legitimidade para governar o Brasil, afirmou o presidente do PSB, Carlos Siqueira.

No final de abril, Siqueira já havia defendido a saída de Coelho Filho, devido a uma oposição da executiva nacional do PSB às reformas trabalhista e da previdência que o governo Temer tenta aprovar no Congresso Nacional.

Não foi possível falar imediatamente com o ministro sobre o posicionamento do PSB.

A indicação de Coelho Filho para o cargo no ministério não havia sido unanimidade no partido, mas acabou bem recebida por investidores e especialistas do setor elétrico, principalmente, após ele indicar nomes técnicos para a presidência da Eletrobras, da estatal Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e para cargos na própria pasta.

As ações ON da estatal Eletrobras tinham saltado mais de 100 por cento desde que Temer assumiu o posto interinamente em maio do ano passado até o fechamento do mercado na quarta-feira. Mas devolviam parte dos ganhos nesta quinta-feira, desabando cerca de 20 por cento, após as denúncias serem publicadas.

"O ministro deu apoio político para enfrentarmos problemas do setor, e ele nomeou uma equipe que dificilmente um outro iria colocar. O setor elétrico está se arrumando... não podemos fragilizar a capacidade de atrair investimentos", disse o presidente do centro de estudos Acende Brasil, Claudio Sales.

Especialistas afirmaram mais cedo à Reuters que existe agora um temor quanto à continuidade de um movimento do governo Temer para reformar a regulação do setor elétrico, bem como preocupações quanto a operações em andamento, como aquisições de ativos em negociação ou estudos para abertura de capital de empresas.

(Luciano Costa)